

LÁ VEM ELAS: RAINHAS DO CARNAVAL NO TEMPO PRESENTE

Data de submissão: 02/02/2025

Data de aceite: 05/03/2025

Jéssica Soares da Silva Santos

Historiadora. Mestra em Estudos Interdisciplinares Mulheres, Gênero e Feminismo pela Universidade Federal da Bahia (PPGNEIM/UFBA). Assistente de supervisão no Museu do Carnaval desde 2024.
<http://lattes.cnpq.br/8148596058129732>

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti

Professora universitária e historiadora, Pós-doutoramento em Humanidades pela Universidade de Salamanca e pela Universidade de Coimbra. Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, gênero e feminismo da Universidade Federal da Bahia. Investigadora associada ao Instituto de Sociologia da Universidade do Porto e ao CEAD-Universidade do Algarve.

PONTOS DE PARTIDA E INTENÇÕES ACADÊMICAS

Descolonizar os gêneros é necessariamente uma práxis. Trata-se de transformar uma crítica da opressão de gênero - racializada, colonial, capitalista e heterossexista - em uma

mudança viva da sociedade.

(Maria Lugones, 2019, p. 363).

O Carnaval transcende a mera folia, erguendo-se como um poderoso símbolo da identidade local. Mais do que apenas um marco no calendário, esse evento se entrelaça com as relações socioculturais, criando um momento singular de expressão das múltiplas faces da cultura baiana. Neste contexto, o Concurso de Rainha do Carnaval de Salvador, mais do que um certame de beleza, é um palco de expressão artística, onde corpos, moldados por padrões sociais e estéticos, se revelam como representações interseccionais e históricas.

A epígrafe de Maria Lugones (2019) estabelece um convite à transformação social e cultural por meio da desconstrução de estruturas opressivas de gênero, raça e colonialidade. Essa perspectiva conecta-se ao destacar como o Carnaval, especialmente no Concurso da Rainha do Carnaval de Salvador, pode ser interpretada como um espaço de contestação e ressignificação cultural. No

evento, corpos como signos não refletem apenas padrões sociais, mas também carregam potencial para desafiar e reconfigurar tais representações, alinhando-se à ideia de “práxis viva” que transforma relações socioculturais e identitárias.

A dualidade, presente na figura da Rainha e do Rei Momo, aponta tensões sociais que permeiam o Carnaval e as relações de gênero e raça. A festa é um momento de ruptura com as hierarquias e convenções do dia a dia, um escape para a expressão da liberdade individual e coletiva. No entanto, essa ruptura traz consigo a afloramento de contradições e desigualdades, permanências históricas, evidenciadas na figura da Rainha, idealizada como símbolo de beleza e ordem, em contraste com a figura subversiva do Rei Momo.

Ao analisar o período carnavalesco como expressão da estrutura social comunitária, representações, interações e aspectos circulares apontam conjunturas e singularidades do contexto micro-escalar, sejam observadas através de “ressignificações, apropriações e espetacularização no âmbito macro-escalar”. A festa espetacularizada é influenciada por uma gama de poderes e apresenta uma série de dinamismos e redes que se configuram o Tempo Presente. Sua estrutura possibilita o estabelecimento de interrelações sociais, econômicas e culturais que a caracteriza e lhe confere singularidades. Assinalar e reconhecer que a invisibilidade e o silenciamento de cultura patriarcal podem conter brechas e lacunas para investigação e análise são premissas para esse texto, considerando o concurso das rainhas como lócus onde mulheres negras e periféricas buscam visibilidade.

Há que destacar que a invisibilidade total e o silenciamento de uma cultura patriarcal abriam brechas, frestas, pequenos espaços e, como na história da pedra atirada ao lago, abriam-se círculos e movimentos mais assertivos e consistentes. (...) Alguns traços conservadores e revanchismos convidam à reflexão bem como ações estratégicas diversas relacionadas com os tipos de violência(s), demonstram que há muito por fazer. Reconhecimento, emancipação, autonomia e cidadania são também expressões que ocupam a agenda e o futuro. (Cavalcanti, 2018, p. 98).

Tais reflexões abriram novos horizontes e permitiram não apenas ampliar o leque de vozes femininas. Nesse contexto, uma análise interseccional de gênero/sexo, raça e classe se consolidou como ferramenta fundamental, complementando e dialogando com as categorias tradicionais de “Mulher” e “Mulheres”.

METODOLOGIAS E EPISTEMOLOGIAS

Como questões de partida e ponto inicial - ao enveredar pelos eixos identidade, interseccionalidade e representações de mulheres negras - tomamos as seguintes hipóteses: as Rainhas do Carnaval servem como um instrumento para articular ou justificar os ideais identitários da “baianidade”? São elas representações de papéis e lugares previamente definidos e tradicionalmente subalternas? A mistura cultural e a emancipação conseguem escapar da lógica de objetificação e fetichização das mulheres negras, especialmente quando se trata de sua representação no contexto carnavalesco? Serão tópicos como

beleza e representatividade cuidadosamente selecionadas para refletir imagens idealizadas de mulheres baianas, reforçando estereótipos e silenciando outras vozes e estéticas?

A conexão entre a busca por reconhecimento, emancipação e cidadania para as mulheres, como expresso no parágrafo acima, e o concurso de rainhas do Carnaval de Salvador pode parecer contraditória à primeira vista. O certame, em sua forma tradicional, pode ser visto como representação estereotipada da feminilidade e fetichização. No entanto, essa aparente contradição esconde uma complexidade que merece ser explorada. Ao longo dos anos, tem sido palco de diversas disputas, podendo ser visto como um espaço onde as mulheres negras, em particular, encontram uma plataforma para a visibilidade e trampolim profissional.

A interseção deu origem a diversas metodologias inovadoras, gerando debates e controvérsias enriquecedoras para a os estudos feministas e historiografia. Entre as abordagens, podemos destacar: 1) ampla construção e organização de acervo documental (textual, visual e oral) com recorte nos eixos identidades, cultura, história do Tempo Presente; 2) análise de categorias com viés feminista e interseccional para um processo histórico específico (expressão cultural com o carnaval e representações identitárias de mulheres negras).

Por meio de abordagens feministas, decoloniais e da história cultural, esta pesquisa, ao adotar aportes feministas, têm desempenhado um papel significativo na construção de uma historiografia abrangente e inclusiva. Tal perspectiva reconhece a relevância das mulheres na História e questiona as narrativas tradicionais que as marginalizam. O foco não está mais na invisibilidade de espaços ou narrativas, mas na criação e análise de acervos, fontes e interpretações que desafiam práticas que subordinam ou subalternizam identidades, trabalho e reconhecimento.

O desenvolvimento da investigação tem viés interdisciplinar e está estruturado em etapas, utilizando análise documental a partir do levantamento bibliográfico e do acesso às fontes (textuais e audiovisuais). Integrante da metodologia escolhida está o planejamento tomado a partir do levantamento e a coleta de informações para colecionar *corpus* documental e ampla varredura de acervos digitais como reportagens, site oficial do evento e hemeroteca digital.

O ABRE ALAS: CONCURSOS

Os concursos e a Revista Única estão intrinsecamente ligados pelo seu fundador Amado Coutinho¹. Apesar da longa tradição dos concursos carnavalescos, cuja origem remonta a 1935, esta pesquisa destaca-se pelo seu caráter inédito, ao propor uma

¹ Amado Coutinho, proeminente jornalista baiano da primeira metade do século XX, foi figura central na institucionalização do Carnaval de Salvador. Através da fundação da Associação dos Cronistas Carnavalescos (ACC) em 1934, Coutinho liderou a criação e consolidação do concurso da Rainha do Carnaval, estabelecendo os primeiros parâmetros oficiais para a disputa em 1935.

descrição histórica dos concursos com foco especial no último decênio (2014-2024). Durante este período, foram eleitas nove rainhas e dezoito princesas, permitindo uma análise aprofundada sobre a evolução e o papel das “Rainhas do Carnaval”.

Tendo como ponto inicial tal delimitação no campo cultural e de manifestações populares, essa investigação busca compreender as razões por trás do apagamento da figura das rainhas do carnaval na Casa do Carnaval da Bahia, a partir da análise de fontes históricas como reportagens e entrevistas, desvendando os mecanismos que contribuíram para o silenciamento dessas mulheres e suas histórias.

No contexto do concurso, diversas vozes e expressões são frequentemente silenciadas. Esses processos podem ser entendidos em diferentes níveis, a exemplo da diversidade corporal, experiências interseccionais, mulheres negras LGBTQIA+, indígenas ou pertencentes a outras identidades dissidentes. Isso reforça uma visão limitada da experiência negra e feminina. Os silenciamentos resultam em uma representação parcial e seletiva da mulher negra, que acaba reforçando narrativas estereotipadas enquanto deixa de lado a pluralidade de suas experiências e perspectivas.

Para investigação foi adotada uma metodologia qualitativa, com múltiplas fontes e perspectivas, tendo como ferramentas de investigativa acervo textual, mergulharemos em jornais impressos como A Tarde, portais digitais como G1 e Correio da Bahia e a Revista Única. A delimitação temporal se concentra nos anos de 2014 a 2024, período marcado por transformações sociais, culturais e de saúde pública que impactam significativamente a representação das mulheres nos concursos, porém será necessário fazer um breve percurso histórico que remete aos anos iniciais do concurso na década de 30.

Através das lentes da História do Tempo Presente e de epistemologias feministas contemporânea (com destaque aos Feminismos Negros e Interseccionalidades), adentramos em camadas culturais e cotidianas, com delimitação a partir da tradição carnavalesca, desconstruindo estereótipos, revelando contradições na tentativa de tecer novas narrativas.

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. (González, 1984, p. 224). (grifos das autoras).

Lélia González (1984) utiliza o conceito de Amefricanidade como uma lente analítica complementa essa abordagem, permitindo compreender especificidades da experiência negra nas Américas, marcada pela diáspora e pelo racismo. Vale ainda salientar que gênero e raça se entrelaçam no mito da democracia racial e nas violências sofridas por mulheres negras. Explora como essa narrativa enganosa mascara a realidade: de um lado, hipersexualizadas e estereotipadas como mulatas carnavalescas, belezas exóticas. De outro, invisibilizadas e relegadas à função doméstica. Essa dualidade cruel expõe a

lógica racista em ação. As mulheres negras são vistas como objetos, ora desejáveis, ora descartáveis, sempre presas em um ciclo de exploração e negação de suas humanidades.

CARNAVAIS: HISTÓRIAS E MISTURAS

O carnaval brasileiro tem suas raízes em uma mistura de tradições culturais que se entrelaçam ao longo dos séculos. As celebrações carnavalescas foram moldadas por influências diversas: os ritmos e danças trazidas pelos povos africanos escravizados, as tradições e práticas comemorativas indígenas e os trajés e festanças trazidas no período colonial. Miguez (1996) indica a periodização festiva proposta por von Simson e destaca o entrudo no período colonial, seguido - entre 1870 e 1930 – do modelo veneziano ou burguês; e a partir de 1930, o Carnaval popular.

A festa (entrudo) que teria dado origem ao que chamamos hoje de carnaval é uma celebração popular trazida ao Brasil por portugueses, destacou-se pela irreverência e pela crítica social. Figuras caricatas como a “negra de Aluá” personificavam o grotesco da sociedade ao inverter papéis sociais e ridicularizar normas “respeitáveis”. Nesse contexto, homens vestiam-se de mulheres, negros se apresentavam como nobres e figuras populares, principalmente mulheres negras e pobres, encarnavam a sátira, expondo a hipocrisia e as contradições.

O entrudo foi substituído por festas de salão (“carnaval à francesa”), organizada e adequada aos ideais de civilidade e modernidade promovidos pelas elites, assinalava mudanças sociais e urbanas. As elites brancas começaram a se afastar progressivamente do carnaval de rua, migrando para bailes privados em clubes sociais, como o Clube Bahiano de Tênis e o Yacht Clube da Bahia. Essa retirada reforçava o conceito de que a rua era um espaço sem prestígio, inadequado à elegância das elites patriarcais da época (Miguez, 2020).

As mulheres desempenharam um papel peculiar nos desfiles dos clubes carnavalescos de Salvador. A figura da Rainha do Carnaval surgiu no século XX, primeiramente nos bailes carnavalescos organizados pela elite. Eram designadas entre as mais belas e elegantes da sociedade, representando ideais de beleza, sofisticação e status social.

Tal é o caso, por exemplo, da presença do elemento feminino nos desfiles. Excluídas dos préstitos carnavalescos do centro-sul, as mulheres da alta sociedade local, ocupavam lugar de destaque nos carros alegóricos dos clubes de Salvador, embora cumprissem, é bem verdade, um papel meramente ornamental. Relata um velho folião baiano, “As moças que eram rainhas dos clubes, que eram porta-estandarte, eram as mais bonitas e da alta sociedade. Tudo familiar. (...) eram como figuras de biscuit na rua, lindo, para enfeitar, iam sentadas, agradecendo. (Miguez, 1996, p. 59).

Os concursos de rainha do Carnaval de Salvador estão enraizados na cultura baiana e marcam a história da folia momesca. Desde suas origens até os dias atuais, a disputa

pelo título passou por diversas transformações, refletindo as mudanças sociais e culturais da cidade. Em “História do Carnaval da Bahia”, Nelson Varón Cadena narra a evolução dos concursos, desde suas origens no final do século XIX até meados dos anos 70.

Muito antes do Rei Momo de carne e osso, como dizia a mídia e fazia questão disso, já tínhamos Rainhas, e muitas, no Carnaval Baiano. Foram os grandes clubes que introduziram a figura da Rainha no Cortejo, escolhida pelos associados para representar um papel, desfilava em cima de um carro alegórico, sentada num trono, pelo circuito nobre do Carnaval. Fantoches de Euterpe, Cruz Vermelha, Inocentes do Progresso, dentre outras agremiações carnavalescas gabavam-se de ter a rainha mais linda, e um detalhe importante, a mais chamativa do ponto de vista de figurinos-caprichavam nas lantejoulas, na seda, nas jóias e nos bordados de ouro. (Cadena, 2014, p. 125).

O precursor do “concurso de rainha do Carnaval de Salvador” foi o jornalista Amado Coutinho que, em 1934, criou a Associação dos Cronistas Carnavalescos (ACC) e exerceu a presidência por vinte anos. O concurso passou a ser gerido, em 1950, por órgão oficial do turismo que incentivou a estruturação a partir de comissão julgadora, formada por personalidades da área cultural e jornalistas, diferente do que ocorria anteriormente com os votos populares, através dos cupons e distribuídos na imprensa.

Somente nos anos 70, há mudança e ampliação na representatividade de mulheres negras no concurso. A festa carnavalesca passa por uma transformação significativa com a emergência dos blocos afro, que trouxeram uma estética e um repertório político profundamente enraizados na matriz cultural afro-baiana. Experimenta inflexão e aponta para inovações, quais sejam emergência de blocos com repertório estético-político de matriz afro-baiana. “O primeiro, o Ilê Aiyê, nascido no Curuzu, área do bairro popular chamado de Liberdade, saiu às ruas em 1975. No seu rastro, dezenas de blocos afro são criados cidade afora e a eles vão somar-se os muitos afoxés que ressurgem com grande força no período” (Miguez, 2020, p.141).

Em 1971, pela primeira vez, uma mulher negra foi coroada rainha da folia (Cadena, 2014). No entanto, os jornais da época sequer registraram seu nome completo, referindo-se a ela apenas como “Josefa”. A partir desse momento, o concurso para a escolha da rainha do Carnaval passou a ter dois formatos: a eleição de uma rainha e duas princesas ou a coroação de duas rainhas, sendo uma delas intitulada “A mais bela mulata”. Outro fator que simboliza essa mudança está na inserção de trajes de banho, refletindo o ideal proposto e a adequação aos padrões delimitados pela comissão organizadora.

Alguns estereótipos estão presentes como de bela mulata, a doméstica e a mãe preta. Sobre o primeiro, Sueli Carneiro (2018) descreve que “a mulher negra será retratada como exótica, sensual, provocativa, enfim, com fogo nato. Tais características chegam a aproximá-la de uma forma animalesca, destinada exclusivamente ao prazer sexual”

(...) ali, ela perde seu anonimato e se transfigura na Cinderela do asfalto, adorada, desejada, devorada pelo olhar dos príncipes altos e loiros, vindos de terras distantes só para vê-la. Estes, por sua vez, tentam fixar sua imagem,

estranhamente sedutora, em todos os seus detalhes anatômicos; e os “flashes” se sucedem, como fogos de artifício eletrônicos. E ela dá o que tem, pois sabe que amanhã estará nas páginas das revistas nacionais e internacionais, vista e admirada pelo mundo inteiro. Isto, sem contar o cinema e a televisão. E lá vai ela luminosa e iluminada, no feérico espetáculo (González, 1984, p. 228).

Na década de 1990, o concurso renova-se sob a liderança do publicitário Gorgônio Loureiro. Abordagem mais profissional e midiática do evento, convoca o estilista Di Paula para a produção de cena e figurinos, consolidando a estética como elemento central. O foco na apresentação visual e na valorização do corpo feminino conectou ainda mais o evento à indústria cultural, transformando-o em plataforma de performance e de grande apelo visual.

UMA DÉCADA DE REINADO CARNAVALESCO: AS RAINHAS

Entre os anos de 2014 e 2024, o concurso consolidou-se como uma importante tradição do calendário oficial do Carnaval baiano, destacando-se pela sua relevância comercial e política. Delimita regras como idade (acima de dezoito anos) e estatura mínima de 1,65 metros, além de exigir que as candidatas estejam cursando ou tenham concluído o ensino médio ou superior. Para efetuar a inscrição, é necessário apresentar: carteira de identidade original e fotocópia, duas fotografias (uma de rosto e outra de corpo inteiro em traje de banho), atestado de escolaridade e pagamento de uma taxa de inscrição.

A vencedora recebe a faixa da anterior e protagoniza o desfile final, posando para fotos oficiais da imprensa. As princesas recebem premiações, cujos valores são previamente anunciados pela organização. Após a eleição, rainha e princesas cumprem agenda intensa, participando de eventos e ações promovidas por patrocinadores. Durante o período, as eleitas utilizam trajes e fantasias, assinam compromisso e cumprem disposições do regulamento, desempenhando representação como embaixadoras e promovendo iniciativas vinculadas.

Carnavais são importantes para a compreensão das sociedades nas quais eles são realizados. No caso específico do Brasil, estas festas, além de entretenimento, podem oferecer pontos de observação sobre como as sociedades brasileiras se organizam no cotidiano. Me refiro aos festejos no plural, assim como o fazem Paulo Míguez e Elisabeth Loiola (2011), pois apesar de reconhecerem pontos comuns em suas manifestações, tais como ocupação de ruas e clubes, em um período de tempo geralmente uniformizado em todos os lugares do país, com algumas pequenas variações em relação ao dia de início e término – 40 dias após os festejos natalinos de acordo com o calendário cristão usado nesta parte cristianizada do globo – é perceptível também que mesmo dentro de uma mesma cidade a festa é construída, mantida e vivenciada de maneiras distintas, se adaptando ao que se vive nos tempos não carnavalescos dessas localidades. (Silva, 2021, p. 11).

Para detalhar e descrever as rainhas, elaboramos quadro com características pertencentes ao último decênio. Para o período, foram eleitas nove realezas, sendo maioria

preta. A prevalência pode sugerir esforço na valorização e representatividade racial em evento que celebra a cultura baiana.

Nome Social, Civil ou Artístico	Ano	Idade	Peso e altura	Cor*	Naturalidade Moradia	Escolaridade - Nível	Profissão
Náira Cruz de Oliveira	2024	25	1,67m 66kg	Preta	Feira de Santana		Gerente comercial
Stephanie Lobo	2023	24		Preta	Salvador	Ensino Médio	Bailarina
Theila Sabrina	2020	28	1,68 m 65 kg	Preta	Ipanema, Minas Gerais		Influencer
Jessie de Oliveira Almeida	2019	21		Preta		Ensino Superior (Direito)	
Evelin Oliveira	2018	19	1,72m 66kg	Branca	Serrinha	Estudante de enfermagem	Bailarina do Faustão
Milena Fonseca	2017	21		Branca		Estudante de Odontologia	
Ana Caroline Amaral da Silva	2016	20	1,78m 61 Kg	Preta	Camaçari		Modelo e dançarina
Monalisa Reis	2015	20	62 Kg 1,67	Preta	Camaçari	Curso Técnico em logística	Modelo
Taiana Paim	2014	18		Preta		Estudante	

QUADRO I - Campeãs dos concursos de rainha do carnaval, 2014 a 2024.²

Fonte: Adaptação feita pelas autoras, janeiro de 2025.

O quadro acima destaca uma diversidade de níveis de escolaridade e profissões entre as campeãs, que variam na formação (em diferentes modalidades e níveis de escolaridade). Evidencia-se relação direta entre concursos e atividade profissional, também destacando participação em outros concursos como Miss Bahia, Deusa do Ébano ou na esfera local (cidades de origem).

As informações sobre peso e altura indicam padrões corporais específicos, estéticas exigentes e performances adequadas às “tradições” do concurso. As vencedoras, independentemente de cor ou origem, tendem a se enquadrar em padrões estéticos “normatizados”, reforçando discursos “dominantes”. Vindas de diversas cidades baianas como Feira de Santana, Camaçari e Serrinha, refletem o alcance do concurso que inclui mulheres de diferentes localidades e fomentam espaços de ascensão e visibilidade.

A hipersexualização e objetificação de corpos femininos destacam-se pelos trajes (biquínis), valorizando aparência física e padronização, sugerindo uma moldura rígida sobre o que é considerado belo e adequado para o papel de “rainha do carnaval”. Reforça estereótipos de gênero ao colocar as mulheres em um papel de musa carnavalesca,

² Adotada abordagem de heteroidentificação, centrada na estética e não na auto identificação. Quadro elaborado a partir da análise de figuras públicas, com base em entrevistas, artigos de jornais e materiais disponíveis em sites oficiais do concurso. Foram captadas caracterizações presentes em fontes públicas, acessíveis e opinativas.

deixando em segundo plano características como inteligência, liderança ou talentos diversos, além disso, a orientação sexual e expectativas heteronormativas são latentes.

As candidatas de 2023 são predominantemente mulheres negras, com variedade de tons de pele e estilos de cabelo, incluindo crespos, cacheados e alisados. O concurso elege o tema baianidade, com o intuito de celebrar a identidade cultural. A padronização corporal, com a prevalência de silhuetas magras e traços que seguem padrões estéticos hegemônicos, aponta para uma inclusão racial limitada, que não contempla de forma ampla a pluralidade corporal presente na população baiana.

O formato do concurso, que inclui a avaliação de trajes de banho e atributos estéticos, remete à objetificação histórica de mulheres, particularmente de corpos negros. Eventos como este, embora potencialmente empoderadores para participantes, também perpetuam estereótipos de hipersexualização das mulheres negras, frequentemente associadas a narrativas fetichizadas. O fenômeno reflete tensão entre a valorização cultural e a exploração simbólica dos corpos femininos em contextos de entretenimento.

Pensando no tema “baianidade”, ao evocar o sincretismo cultural e a identidade plural, apresenta potencial simbólico. No entanto, a ausência de representatividade de corpos gordos, mulheres com deficiência e outras interseccionalidades aponta para limitação dessa pluralidade. Concursos como o “Rainha” possuem o potencial de oferecer visibilidade e oportunidades profissionais, especialmente em um estado marcado por desigualdades raciais e sociais. Sob a perspectiva da Amefricanidade (González, 2011), tais eventos poderiam se constituir como espaços de resistência e ressignificação, desde que incluam e valorizem a multiplicidade de vivências e corpos que compõem a identidade baiana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: NOVOS CARNAVAIS OU MODOS DE JUSTIÇA SOCIAL

As conexões categóricas que expressam as interseccionalidades foram consideradas nesse capítulo, perfazendo o processo histórico do Tempo Presente. Para tanto, tomou-se em consideração descritores como classes (divisão real e representações auferidas pela indicação nobiliárquica - rei, rainhas, princesas), raça/etnia, gênero. É fundamental questionar como tais representações se articulam com as experiências de mulheres negras, em particular, e como elas desafiam ou reforçam hierarquias sociais e de gênero.

Em 2025, uma princesa trans foi eleita (Nzambi Niara, Belo Horizonte, Minas Gerais), fato inédito que levanta questionamentos sobre a ausência de mulheres trans nos concursos oficiais de rainha do carnaval, ressaltando problematizações relevantes sobre a inclusão e a visibilidade de corpos dissidentes nesse espaço. Tal como nos esportes, universidades e outros ambientes, a ampliação, acesso e efetivação da pluralidade de mulheres segue um percurso lento e desigual.

Espectáculos de mídia e eventos apresentam roteiros importantes de gênero, raça, sexualidade e nação que trabalham juntos e se influenciam. A bravura de atletas homens os assemelha a heróis de guerra, enquanto beleza, graça e virtude nos concursos de beleza representam o mesmo para a nação. As mulheres atletas caminham sobre linha tênue entre as duas visões de masculinidade e feminilidade que extraem seu significado dos entendimentos binários de gênero.(Collins; Bilge, 2021, p. 27).

A ausência de mulheres trans nos concursos oficiais revela a necessidade de ampla discussão sobre a inclusão e a representatividade no carnaval. A criação de concursos de fantasia específicos para a comunidade LGBTQIA+ demonstra a busca por espaços de visibilidade e afirmação de identidade. No entanto, é preciso analisar como tais eventos se relacionam com ideias tradicionais e quais desafios enfrentados por mulheres trans nesse contexto cultural.

Em entrevista ao *Jornal Correio* (2019), Monalisa revela aspectos fundamentais sobre identidade, representatividade e ressignificação de experiências no contexto cultural:

Monalisa conta que participou do concurso como uma grande brincadeira. “Na época, como estava começando, não tinha estrutura de palco, foi simples, mas foi maravilhoso”, diz. Atualmente está em Milão, na Itália, ela afirma que o acontecimento terá tanta importância em sua história que até hoje ela guarda o troféu. “Está em uma casa que eu tenho na Ilha”, conta. Filha de Nazaré das Farinhas, veio para Salvador aos 14 anos e, depois de morar em São Paulo e na Europa, viveu na coroação uma consagração. “Quando cheguei na Bahia, construí minha vida, todo mundo me achava muito bonita e por isso me chamaram”. Ela acredita que, além de dar visibilidade para a comunidade LGBT na época, principalmente para travestis, ajudou a fazer o concurso ser notável. “Eu já era famosa quando participei”, diz. E claro que sua coroa serve, até hoje, de inspiração. “Tem muita gente que se espelha, me vê bonita, me vê como uma travesti que cresceu na vida”, relata a musa. Siga o Bazar nas redes sociais e saiba das novidades de gastronomia, turismo, moda, beleza, decoração, tecnologia, pets, bem-estar e as melhores coisas de Salvador e da Bahia (*Jornal Correio*, 2019).

Monalisa descreveu a experiência como transformadora, destacando como esse momento contribuiu para sua trajetória pessoal e profissional. Essa narrativa é emblemática para muitas pessoas LGBTQIA+ que, ao ocuparem espaços culturais e artísticos, ressignificam tais ambientes. O fato dela guardar o troféu demonstra o peso simbólico do evento. Mais do que reconhecimento, a coroação marca consagração. O episódio se torna um ponto de virada em sua vida, legitimando identidade e conquistas, especialmente em contexto de exclusão para pessoas trans e travestis. Destaca o impacto positivo de sua participação para a visibilidade da comunidade, especialmente para as travestis. Ao se tornar uma figura pública e inspiradora, desempenha papel importante na construção de novas possibilidades de reconhecimento.

A trajetória reflete uma narrativa de superação e sucesso. Sua descrição como “uma travesti que cresceu na vida” desafia estereótipos que muitas vezes limitam as expectativas

sociais em relação às pessoas trans. Além disso, a percepção como inspiração para outras pessoas reafirma o poder transformador das histórias de vida individuais na construção de resistências coletivas. Apesar da longa existência do concurso fantasy, as notícias da primeira Rainha LGBTQIA+ do Carnaval de Salvador datam de 2023. A drag queen Saphyra Luz é reconhecida pela imprensa e pelo próprio Grupo Gay da Bahia (GGB) como primeira realeza.

A adoção de títulos como “Rei”, “Rainha” e “Princesa” no carnaval brasileiro carrega resquícios de uma lógica simbólica nobiliárquica, resquício histórico das festas de salões. Os títulos evocam uma representação de poder e centralidade, remete a nobreza, a linhagem, mas quando associados em eventos como o Fantasy e o concurso da Rainha LGBTQIA+, tornam-se ferramentas de subversão. Eles ressignificam a ideia de autoridade, deslocando-a para corpos que historicamente foram marginalizados e excluídos dos espaços de visibilidade, como pessoas trans, travestis, não-binárias e drag queens.

É relevante ressaltar que a realização desse evento em espaços públicos como o Palco Multicultural na Praça Thomé de Souza, no Centro Histórico, reforça o caráter político e pedagógico da iniciativa. Dando visibilidade a vozes historicamente silenciadas, onde o carnaval deixa de ser apenas uma festa e passa a atuar como plataforma de reivindicação de direitos e promoção da diversidade. O concurso de Rainha LGBTQIA+ do Carnaval de Salvador é mais do que um evento estival. São manifestações de resistências interseccionais que desafiam as normatividades impostas por classe, raça/etnia e gênero.

Ao ressignificar categorias nobiliárquicas e ampliar as possibilidades de representatividade, os certames evidenciam a potência da festa como espaço de transformação social e política, onde corpos marginalizados reivindicam lugares de destaque. Essa articulação entre cultura popular e ativismo LGBTQIA+ representa uma inovação fundamental para a inclusão e a justiça social, subvertendo normas excludentes e projetando novas narrativas de pertencimento e resistência.

O olhar feminista decolonial nos desafia a questionar a legitimidade das metodologias tradicionais e a valorizar os saberes das mulheres negras como ferramentas epistemológicas. Aplicar essa perspectiva a uma análise crítica dos concursos da rainha do carnaval permite desvelar as desigualdades mascaradas pelo discurso de festas e diversidade, revelando como as candidatas, mesmo representando símbolos de poder e beleza, ainda estão sujeitas às mesmas estruturas de opressão que permeiam outras esferas sociais. O conceito de interseccionalidade permite problematizar como essas experiências são influenciadas pela classe social. Muitas candidatas ao título veem no certame oportunidade de ascensão social e visibilidade, mas enfrentam obstáculos adicionais por sua origem ou características associadas à identidade racial. Tal cenário evidencia como o concurso, embora represente espaço de celebração cultural, reproduz desigualdades estruturais presentes na sociedade.

Os concursos oferecem, portanto, um rico material para análise crítica, permitindo investigar as relações de poder e as representações sociais de gênero. Não apenas reproduzem padrões de beleza e feminilidade impostos pela sociedade, mas também funcionaram, historicamente, como referência aspiracional para parte da população soteropolitana. Algumas mudanças podem ser apontadas: originalmente dominadas pela elite branca, os concursos são abertos à participação de mulheres negras.

Entre 2014 e 2024, o concurso rainha do carnaval de Salvador destacou-se por sua relevância comercial e política. Contando com o apoio da iniciativa privada e do poder público, o evento reflete uma parceria estratégica entre diferentes setores para promover a cultura, o turismo e o entretenimento. As representações das rainhas evidenciam a construção do conceito de baianidade, marcado por estereótipos de mestiçagem, sensualidade e hospitalidade. A posição de rainha ocupa grande visibilidade, funcionando como arena onde as dinâmicas de gênero, raça e sexualidade se tornam expressivas e abertas à análise crítica.

No período analisado, nove mulheres foram eleitas como realezas do Carnaval, sendo a maioria delas identificada como preta. Esse contexto torna visível a hipersexualização dos corpos femininos, especialmente os negros, no espaço carnavalesco. Com ampla visibilidade midiática e expressão simbólica, o concurso reforça ferramentas de dominação ao perpetuar estereótipos de gênero. As “musas carnavalescas” têm sua aparência física e seus corpos destacados, enquanto características como inteligência, liderança ou outros talentos são relegadas a segundo plano.

A análise realizada indica aspectos fundamentais das dinâmicas sociais, culturais e políticas que envolvem o carnaval de Salvador, com ênfase nos concursos da rainha e nos processos de representatividade e exclusão. Um dos pontos mais evidentes é a ausência de mulheres trans nos concursos oficiais da rainha do carnaval, o que reforça a necessidade de ampliar as discussões sobre inclusão e diversidade nesse contexto. Por outro lado, a criação de concursos específicos, como os de fantasias especiais para a comunidade LGBTQIA+, demonstra a busca por espaços de visibilidade e afirmação de identidade. Essa segmentação, porém, suscita reflexões sobre os desafios identitários enfrentados pelas mulheres trans e outras de gênero marginalizadas em eventos tradicionais de expressão cultural.

A pesquisa ressalta como a ópera carnavalesca se configura simultaneamente como espaço de celebração da cultura negra e de reprodução das contradições sociais da sociedade soteropolitana. Durante a investigação, foi identificado apenas um registro oficial de denúncia de racismo nos concursos da rainha do carnaval, o que levanta um questionamento: seria este o único caso em décadas de realização do evento, ou práticas discriminatórias permaneceram invisibilizadas?

Esse silêncio pode estar relacionado a estruturas sociais e institucionais que naturalizam ou ocultam episódios de exclusão e preconceito. Essa questão exige futuras

investigações que explorem como o racismo e as dinâmicas de exclusão racial operam em eventos que deveriam celebrar a diversidade e a inclusão. O debate contemporâneo sobre questões raciais no carnaval indica avanços, ainda que lentos e desafiadores. Tais avanços nos convidam a olhar para o carnaval como um espaço simbólico paradoxal: ao mesmo tempo em que expõe desigualdades estruturais, também oferece oportunidades para contestá-las e ressignificá-las. Essa ambivalência torna o carnaval um campo rico para reflexões e para a formulação de novas possibilidades de inclusão e justiça social.

REFERÊNCIAS

CADENA, Nelson Varón. **História do carnaval da Bahia**: 130 anos do carnaval de Salvador, 1884-2014. Salvador: Câmara Brasileira do Livro, 2014.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. Violência(s) Sobreposta(s). Contextos, tendências e abordagens em um cenário de mudanças. In: DIAS, Isabel. (Org.). **Violências de gênero**. Porto: Afrontamento, 2018.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Heloísa Monteiro e Paulo Geiger. São Paulo: Boitempo, 2021.

GONZÁLEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. **Caderno de formação política do Círculo Palmarino**, n. 01. Belo Horizonte: Batalha de Ideias, 2011.

GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**. São Paulo: ANPOCS, 1984, pp. 223-244. Disponível em <https://bds.unb.br/handle/123456789/1141>

LUGONES, Maria. **Rumo a um feminismo decolonial**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 357-377.

MIGUEZ, Paulo. Afrofolias: notas sobre a presença negra no carnaval de Salvador. In: **Extraprensa**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 133 – 147, jul./dez. 2020.

MIGUEZ, Paulo. **Carnaval baiano**: as tramas da alegria e a teia de negócios. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1996.

PREFEITURA DE SALVADOR. **Concurso vai escolher a Rainha LGBT do Carnaval de Salvador**. Disponível em: <https://reparacao.salvador.ba.gov.br/concurso-vai-escolher-a-rainha-lgbt-do-carnaval-de-salvador/>. Acesso em: 2 fev. 2025.

SILVA, Laurisabel Maria de Ana da. **Carnaval do Nordeste de Amaralina**: um estudo sobre um carnaval de bairro em Salvador, Bahia, Brasil. Tese (Doutorado em Música). Salvador: Programa de Pós-graduação em Música da Universidade Federal da Bahia, 2022. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/36085>

SILVEIRA, Daniel. Sem perder a majestade: conheça antigas rainhas de carnavais de Salvador. **Jornal Correio**, 2019. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/entretenimento/bazar/sem-perder-a-majestade-conheca-antigas-rainhas-de-carnavais-de-salvador-0219>. Acesso em: 12 dez. 2024.